



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
REITORIA

ATA 1/2025 - CODIR/REITORIA/IFPB

ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA – CODIR
20 DE FEVEREIRO DE 2024

1. DADOS DA REUNIÃO:

No vigésimo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, por meio de videoconferência (Google meet), realizou-se a Septuagésima Quarta Reunião Ordinária do Colégio de Dirigentes do IFPB, iniciando-se às 08 horas e quinze minutos e estendendo-se até as 13 horas e 15 minutos.

2. PAUTA:

A reunião contou com a apreciação e discussão do expediente constante na pauta da reunião supracitada, devidamente encaminhado pelo e-mail do Colegiado.

3. PROCEDIMENTO DE ABERTURA, EXPEDIENTE E INFORMES GERAIS:

3.1 Abertura: A Presidente Mary Roberta Meira Marinho, após as saudações, deu boas-vindas a todos os presentes e, por haver quórum regimental, declarou aberta a 74ª Reunião Ordinária. **3.1.1 Aprovação da Ata Anterior:** Não houve. **3.2 Expediente:** **3.2.1 Convidados:** Daniel Vitor de Oliveira Nunes - DGEP; Edmundo Augusto da Silva Neto - Chefe de Gabinete; Mônica Maria Montenegro de Oliveira - ARINTER; Valderedo Alves da Silva - Corregedoria; Yana Gabrielle das Chagas Dantas - Assessoria Especial; Heranir Fernandes - DGCOM; Mayara de Sousa Guimarães - DGCOM; Richardson Correia Marinheiro- DES/PRE; Anderson Braulio da Nóbrega - Diretoria de Planejamento e Jonas Pereira de Andrade - DGTI. **3.2.2 Justificativas de ausências:** Luciano Pacelli Medeiros de Macedo (Representante Titular do Campus Avançado Soledade) e Jerônimo Andrade da Nóbrega (Representante Titular do Campus Santa Luzia). Ambos encaminharam seus substitutos. **3.3 Informes Gerais:** Nos informes iniciais, a Reitora Mary Roberta deu as boas-vindas a dois novos colaboradores: Anna Clara Feliciano Mendonça, que assume a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis no lugar de Rivânia Sousa, e Maria Cleidenedia Morais Oliveira, que passa a comandar a Pró-Reitoria de Administração e Finanças, substituindo Albino Nunes. Agradeceu a Rivânia e Albino pela dedicação e pelo trabalho realizado. Os novos integrantes já demonstraram competência e comprometimento com a nossa instituição e agora assumem cargos estratégicos, afirmou. **3.3.1 Informes das Pró-Reitorias:** PRIPG: Silvana falou sobre o edital de afastamento, destacando que todas as vagas foram contempladas. Mencionou também o edital do PIQIFPB, que deve ser lançado em março, e informou que, caso os Diretores-Gerais desejem ajustar a quantidade de cotas, devem comunicar a mesma. Além disso, abordou o edital Interconecta, que está com as inscrições abertas, e agradeceu aos diretores e coordenadores de pesquisa dos campi pela pronta resposta quanto ao quantitativo de vagas. PROEXC: Maria José Batista (Josy Batista) informou sobre a solicitação de 1.870 vagas para uma nova etapa do Programa Mulheres Mil, que será implementada nos campi, conforme as demandas dos territórios. Josy também destacou o recente acordo de cooperação firmado com a Organização Latino-Americana de Energia (Olade) para o Projeto Etrela, voltado para ações na área de energias renováveis. Outra conquista compartilhada pela gestora foi o Projeto Hortas Pedagógicas, que será desenvolvido nos municípios de Areia, Sousa, Cabedelo e São José dos Cordeiros. PRAE: Anna Clara agradeceu aos presentes e disse que estava à disposição de todos. Inicialmente, deu alguns informes, especificamente de um ofício que foi enviado pela Psicóloga Ana Carolina, a respeito da capacitação para os NAPNES, previsto para o dia 24 de março, que reforça a importância dos campi enviarem os servidores representantes dos NAPNEs para essa capacitação. O ofício teve como proposta consultar a disponibilidade de orçamento dos campi para participação desse evento o qual terá uma Psiquiatra ministrando uma palestra, com a temática - adoecimento psíquico em função da homofobia, uma vez que o IFPB irá implementar a lei que regulamenta o uso de celulares. Em relação ao planejamento para Assistência Estudantil para 2025, normalmente no início do ano letivo, a PRAE envia um ofício de orientação aos campi, que já estava bem estruturado, só faltando alguns ajustes. O registro e acompanhamento foi recomendação da auditoria interna. Em relação ao PNAE, Silvia já entrou em contato com os campi, a respeito do orçamento e enviou os ofícios sobre os valores, se houvesse alguma dúvida a respeito do PNAE, e aplicação desses recursos, consultaria Silvia. Informou que pretende realizar uma nova capacitação para os servidores sobre o Programa Pé-de-Meia, uma atualização sobre a regulamentação do Programa. Geólio está sempre em contato com os campi, para checar se algum estudante está em situação inelegível, para que os estudantes não sejam prejudicados, ou deixem de receber o auxílio pela falta de informação. O ajuste no cadastro é simples, apenas uma orientação para que o estudante procure a assistência social. Brígida solicitou a PRAE que informasse sobre a realização dos jogos intercampi, o planejamento é que seja realizado no primeiro semestre, e solicitou a cada que refletisse sobre as possibilidades. Mary agradeceu a fala de Anna Clara. O Diretor do Campus Catolé do Rocha, João Carvalho perguntou se teria algum informe sobre a distribuição dos orçamentos das CLAs, uma vez que o ano letivo já está próximo de iniciar. Anna Clara explicou que irá se reunir na próxima semana para

informar aos campi sobre a questão. **PRAF:** Cleidenedia Oliveira agradeceu a professora Mary pelo convite e falou que mesmo pela longa experiência, ainda está tentando se apropriar e fez algumas reuniões com os campi, e junto com a equipe da PRAF, e está à disposição de todos os campi. E, por enquanto, não tem informes técnicos, e pretende apresentar à comunidade a distribuição do orçamento para execução anual. **PRE:** Neilor Santos informou que estava no Campus Santa Luzia e falou sobre a certificação dos estudantes dos cursos técnicos. Desejou as boas-vindas a Anna Clara, Cleide, e Hirla. Agradeceu o empenho de todos e todas no sentido de que atendeu cem por cento as questões relativas ao SISU e Prouni. Disse que essa semana se reuniu com o Sindicato, a respeito da Portaria nº 750, que trata da gestão das atividades docentes, que revogou a Portaria nº 983, e que nessa fase de transição seria importante manter o mapa de atividade, já que existe uma Resolução estabelecida. Esclareceu que irá manter os mesmos moldes da forma que vem realizando, incluindo a Portaria 750 que altera a carga horária mínima, em função da jornada de 40 horas para 10 horas mínimas e para jornada de 20 horas de 8 horas mínima. Informou que vai utilizar a Resolução 9/2024 - CONSUPER, que balizou as atividades docentes e acrescentou que estava em contato com a DGTI para fazer a atualização do Mapa de Atividades no SUAP, acolhendo atividades não previstas na Resolução 65/2010, e acrescentou que irá lançar uma orientação aos diretores e diretoras de ensino. Informou sobre o Encontro dos NEABIs, nos dias 18 e 19 de março, que irá encaminhar um ofício aos diretores gerais, e DDEs no sentido de dar todo o apoio para a vinda a João Pessoa para capacitar e discutir a RESOLUÇÃO do processo de construção da heteroidentificação. Disse que está trabalhando na regulamentação da Lei nº 15.100 que trata da proibição de uso de dispositivos eletrônicos. Já realizou reuniões com os DDEs e estudantes, e trabalha com o Decreto nº 12.385, que regulamenta a Lei nº 15.100, e iniciou um trabalho conjunto com a PRAE e DDEs. Informou que vai compartilhar uma planilha, por meio de um link, para preenchimento dos interessados em participar do convênio com o Canadá, fazendo essa experiência marcante, e que está dialogando com a responsável em orientar essa atividade. Informou sobre o encaminhamento das necessidades das FCCs a SETEC, com o prazo até o dia 21, mas já enviou sete pedidos com as contribuições de Richardson e Lucrécia: 1 - Análise e Desenvolvimento de Sistema do Campus Santa Rita; 2 - Arquitetura e Urbanismo do Campus Catolé do Rocha; 3 - Engenharia Civil do Campus Itaporanga; 4 - Engenharia Civil do Campus Campina Grande; 5 - Engenharia de Software do Campus João Pessoa; 6 - Curso Técnico de Design de Moda do Campus Pedras de Fogo; 7 - Curso Técnico em Enfermagem do Campus Mangabeira. Reforçou que esse encaminhamento com as informações dos cursos é até o dia 21 de março de 2025, para o endereço do e-mail da SETEC. **REITORIA:** Mary informou a Maria José e a Neilor sobre a oferta do "Partiu IF" e mencionou que recebeu o comunicado de Arnóbio a respeito do lançamento do projeto, programado para o dia 10 de março de 2024, no estado do Rio Grande do Norte. O evento coincidirá com a realização de uma reunião do CONIF, na qual provavelmente será solicitada a participação dos Pró-Reitores. Ela também comentou sobre a Lei do Orçamento Anual (LOA), destacando a aprovação das emendas de bancada. Durante uma conversa com o parlamentar Adriano Galdino, conseguiu garantir mais de 10 milhões de reais extras de bancada, conhecidos como RP2. Mary ressaltou que essas emendas não são impositivas, como as emendas de bancada, e mencionou que houve problemas a esse respeito no ano passado. Em relação à aprovação da LOA, foi agendada uma reunião com os três poderes, que contará com a presença de Davi Alcolumbre (Presidente do Senado), Flávio Dino (Ministro do STF) e o Presidente Lula. A votação no Congresso Nacional ocorrerá entre os dias 10 e 15 de março de 2024. Após a aprovação de mais de 20 milhões de reais, aguarda-se a liberação dos recursos pelo MEC para viabilizar novas obras no PAC. Mary também compartilhou os resultados da visita a Brasília com os parlamentares da Paraíba, que foi bem recebida. Ela informou que já entrou em contato com diversos deputados e senadores, incluindo o Senador Efraim Morais Filho e o Senador Veneziano Rêgo. Ambos solicitaram que ela verificasse as anotações feitas em Brasília. Além disso, Mary conversou com o Cabo Gilberto, Rui Carneiro e Romero Rodrigues, e criou uma lista de contatos para continuar o levantamento. Durante a reunião do CONIF, Mary aproveitou para tratar de outras questões, incluindo uma visita à SETEC, onde apresentou várias demandas que já haviam sido oficiadas e protocoladas. Uma dessas demandas foi a cobrança das Funções das Coordenações de Cursos (FCCs). Ela também mencionou questões de manutenção nos campus, especialmente relacionadas a situações de risco para as pessoas. As demandas específicas de manutenção e os registros de riscos à saúde foram encaminhados à SETEC, e Anderson Bráulio está colaborando para enviar os detalhes solicitados. Mary também pediu recursos de custeio para lidar com os danos causados por intempéries, como o raio em Catolé do Rocha, registrado no minímetro, e as fortes chuvas em João Pessoa, que resultaram em alagamentos nos campus de Sousa e Cabedelo. Essas demandas estão sendo apresentadas para garantir recursos e serão discutidas na próxima reunião, que coincidirá com a aprovação da LOA. Mary também informou que, durante a reunião, discutiu a inclusão de obras que ainda não estavam previstas no PAC, como as bibliotecas de Catolé do Rocha, Itaporanga e Guarabira, além do recurso para a construção do campus de Soledade, para o qual o terreno já está disponível. Ela fez os devidos registros e recebeu orientação da SETEC, que faz parte do comitê do PAC. No entanto, segundo a informação recebida, a decisão final cabe à Casa Civil. Mary também ressaltou que as obras de Pedras de Fogo, Mangabeira e Areia já estão incluídas no PAC. Quanto ao Ginásio de Itaporanga, ele não será incluído no PAC, sendo financiado por emenda parlamentar. O processo de solicitação já está avançado, aguardando apenas a aprovação da LOA para formalizar os empenhos. Ela destacou que essas obras estão na lista de elegíveis do PAC, mas este programa só cobre construções de campus, bibliotecas e restaurantes estudantis; demais obras precisam ser viabilizadas por emendas parlamentares. Mary também complementou que, neste contexto, já tomou providências na SETEC e agora buscará o apoio dos parlamentares. Ela solicitou especificamente a ajuda do Deputado Gervásio Maia, que já se comprometeu a discutir com a Casa Civil a inclusão da Biblioteca de Catolé do Rocha no PAC. Para as obras de Itaporanga e Soledade, ela já conversou com o Deputado Luiz Couto. Nesse momento, pediu a colaboração dos Diretores-Gerais para que também dialoguem com os parlamentares sobre a inclusão dessas obras no PAC. Passando para o tema das licitações, Mary abordou dois pontos principais: as licitações das obras acordadas no ano anterior e os campi em implantação. As ordens de serviço estão sendo programadas, com as assinaturas oficiais e solenes sendo agendadas. Ela solicitou a participação dos parlamentares nas cerimônias de assinatura, com alguns já demonstrando interesse, como Romero Rodrigues (em Queimadas) e Rui Carneiro (em Sapé). Mary se comprometeu a verificar a presença deles nesses eventos de assinatura de obras civis. Em relação às obras do PAC, a SETEC participou da reunião do CONIF e informou que as obras em Santa Luzia, Santa Rita e Pedras de Fogo já estão em andamento. No caso da licitação do Ginásio de Itaporanga, o processo está bem encaminhado e, com a aprovação da LOA, poderá ser iniciado. A equipe da PRAF está preparada para dar continuidade a esse processo. Para o Ginásio de Cabedelo, a licitação está aguardando o início, dependendo da dotação orçamentária que será liberada com a aprovação da LOA. Quanto ao Ginásio de Patos, a situação depende da comissão de apuração e Mary pediu ajuda para agendar uma reunião com a equipe de obras para acompanhar esse processo. Mary também compartilhou que, diante das dificuldades enfrentadas no ano passado com o bloqueio de recursos das emendas parlamentares, aprendeu a necessidade de ter um plano alternativo e apresentar as demandas antes que a decisão final seja tomada. Em dezembro do ano passado, ela solicitou à DGEP a emissão de uma portaria autorizando o setor de obras e o setor de

licitações a realizarem horas extras para trabalharem na preparação e licitação das obras. Alguns processos que já haviam sido prometidos pela Diretoria de Obras estão em andamento, com alguns já concluídos e informados à Reitoria, como a alteração do projeto do Ginásio de Cabedelo e a separação do orçamento utilizando recursos do PAC. Mary também destacou que a customização das obras pela Diretoria de Obras deve ser feita com cuidado, pois os recursos do PAC para o restaurante estudantil e a biblioteca precisam ser utilizados exclusivamente para essas obras. Caso o valor do projeto ultrapasse o orçamento, será necessário buscar emendas parlamentares para complementar. Renan está atuando nesses processos, realizando as solicitações necessárias e identificando outras obras que podem surgir como emergenciais. No tocante à Lei de Assédio Moral e Assédio Sexual, Mary enfatizou a importância da capacitação de todos os servidores sobre o tema. Ela também teve a satisfação de receber o sindicato para discutir uma campanha contra o assédio moral e sexual, em parceria com a ouvidoria e a corregedoria. Rivânia e Anna Clara, junto com a DGEP, estão preparando um curso mais específico para o IFPB, mas Mary ressaltou que é fundamental que todos participem das capacitações. O sindicato tem recebido diversas denúncias, principalmente por meio do setor jurídico, e é necessário preparar os gestores para lidar com essas situações, evitando constrangimentos e promovendo a prevenção. A palavra-chave agora é capacitação, e Mary reforçou a importância de os gestores e servidores realizarem os cursos e se mobilizarem em torno desse tema. Mary também informou que está preparando uma capacitação sobre a matriz orçamentária, aberta a quem desejar participar, para explicar o funcionamento da matriz. Em relação à matriz de 2026, ela obteve aprovação no CONIF para uma alteração nos cursos Mooc, cujo pagamento era de 0,8 do valor do curso presencial (80%), e discutiu a questão de cursos regulares EAD, que devem passar a ter 0,8 EAD, com a proposta de que, para a matriz de 2026, os cursos Mooc passarão a valer 0,08. Ela analisou os campi com mais de 500 alunos em cursos Mooc, observando que essa divisão estava prejudicando o orçamento da rede. Mary esclareceu que os cursos EAD regulares continuarão com os mesmos parâmetros e que essa questão será debatida para a matriz de 2027. Por fim, ela agradeceu ao Campus João Pessoa, a Ricardo e ao professor Rodrigo, e informou que estava aguardando a conclusão do semestre para dedicar-se à customização do Mapa de Atividades. Mary também compartilhou que ainda não foi emitida a portaria de alteração da Lei 750, que agora está válida a nível nacional após a revogação da Lei 983. A nova portaria altera o texto da carga horária, priorizando o ensino. Essa foi uma conquista do CONIF, e Mary observou a importância de analisar os efeitos dessa alteração no contexto da educação.

POLO DE INOVAÇÃO: Profº Erick passou alguns informes, projeto de negociação, de 2024, já iniciando em 2025, andamento no Projeto de Gestão Energética dos Municípios, com a Secretaria de Infraestrutura e dos Recursos Hídricos - SIRH, em convênio com o Governo do Estado da Paraíba. Primeiro Convênio de PD&I pactuado pelo Polo de Inovação do IFPB, instrumento de pesquisa, e aguardando assinatura na próxima semana. É um projeto de capacitação, justamente na área de gestão energética de município, com pesquisadores do Campus João Pessoa, Esperança e Cajazeiras que irão participar desse processo de capacitação nos municípios. Informou do Projeto PREAMAR, que mês passado, em 28/01/2025, entregou ao Governador da Paraíba, João Azevedo, o relatório técnico do PREAMAR (2023-2024). Foram apresentados os principais avanços do Programa: andamento da restauração de corais e fortalecimento da biodiversidade; detalhes da área de mergulho temático voltada ao turismo sustentável. E principais entregas técnicas em definição dos pontos de instalação das estruturas artificiais. Embasamento técnico: tipos de estruturas: recifes, viveiros de corais e esculturas em 8 áreas para pesca, 3 de mergulho técnico, 1 temática e 3 para pesquisa. Diagnóstico ambiental (meios físico, biológico e socioeconômico); Planos logísticos de lançamento. Informou das anuências e autorizações essenciais: PIP da Autoridade Marítima Brasileira, com aprovação total do plano; aprovação do Conselho Gestor da APA, do Naufrágio do Queimado e SUDEMA, fica no Seixas; declaração de apoio das prefeituras de Lucena, Cabedelo, João Pessoa e Conde; Reuniões públicas e validações com pescadores e setor náutico. Nessa reunião, o Governador já mandou licitar a obra na Baía da Traição, com o levantamento de estudo para investigar a questão da invasão do mar, e para evitar de fazer uma engorda, a empresa do Rio Grande do Norte solicitou 85 milhões para fazer uma engorda, e simplesmente o projeto de 5 milhões será suficiente para fazer um estudo mais aprofundado com determinação do que deverá ser feito na área, com professores do Campus Cabedelo Centro, professores da UFPB e UFPE para participar dessa investigação. Inclusive, no mesmo dia da reunião outras prefeituras já estão solicitando ao Governador às intervenções que se encontram na mesma situação. A terceira parceria, de iniciativa privada, FOXCON (Privada) - 3AP. Informa também da InovaAF: Transformação Digital para a Assistência Farmacêutica do Sistema Único de Saúde (TED) - Realizada a reunião de KickOff nos dias 17, 18 e 19/02. - Campus Campina Grande. O IFPB foi convidado a colaborar com o Projeto, extremamente importante pela inovação na área de assistência farmacêutica, além do coordenador do Campus Campina Grande, envolve diversos pesquisadores dos Campi, e terá uma seleção de estudante e técnicos. Outro Projeto, o GoSyn4Tax (Privada), em fase final de execução, no Campus Esperança, envolve vários professores, projeto foi muito bom, com diversos níveis inclusive tem que ter cuidado para desenvolver tecnologias para as empresas oferecer empregos para os estudantes. Tramitando com o Observatório do Consórcio Nordeste, aguardando assinatura, e envolve pesquisadores de João Pessoa e Guarabira, coordenado por Francisco Dantas, e a coordenação adjunta de Ravi. Informou do desenvolvimento de Protótipo Móvel para Biquetagem de Resíduos Sólidos da Indústria Moveleira da Paraíba, aprovado no BNB, submetido 3 projetos e segunda fase 88 projetos, e no final só ficaram 23 e parceria com a indústria moveleira e pactuar o acordo de cooperação, no caso é coordenado pelo professor Moacir, em Campina Grande. Rodando em paralelo, 8 projetos EMBRAPII: 5 projetos com 5 empresas da Paraíba, graças a uma parceria de um edital da PRAPESC, com aporte de 150 mil reais e parceria, e hoje tem projetos com os Campi Santa Rita, João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras, Itabaiana e Esperança, e Cleidenedia que faz parte da equipe e esse projeto da EMBRAPII. Em andamento: Harpia, Dinotermo (aguardando a regularização de certidões negativas), DPR de Sorocaba (2 novos projetos), EcoSenselA, Residência em Games (capacitação tecnológica na área de informação e comunicação). Em andamento, negociação: Programa Parque Estadual das Trilhas (Semas, Cinep e Sudema), no Polo Turístico do Cabo Branco, uma área de proteção permanente de 578 hectares; ZoomTech - parceria localizada no Estado de Santa Catarina; Pensa Engenharia - localizada em São José dos Campos, serviços junto a Embraer, envolvendo engenharia civil e engenharia mecânica. Informou sobre os eventos, próxima semana, no Rio de Janeiro, a Final Nacional da ICT Competition da Huawei, com 3 equipes, vários estudantes, e todas as pró-reitorias se juntaram, e conseguiram mandar estudantes de diversos campi para a competição nacional. E também, a 1ª Edição do Fórum do Setor de Empresas de Energia Elétrica, em 25 e 26 de março de 2025, localizado no Passeio Sapiens - Cachoeira do Bom Jesus, Florianópolis - SC. E aguardando processo de doação dos Equipamentos do Twin Lab com o SZIIT, na área de tecnologia, e que deverão ser enviados agora em Março.

3.3.2 Informes da Direção-Geral dos Campi: O Diretor-Geral do Campus Santa Rita, Sabiniano Rodrigues compartilhou a experiência positiva do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) quanto à composição do Fórum dos Diretores-Gerais e sugeriu a criação de um Fórum semelhante em nossa Instituição. Ele solicitou que o tema fosse incluído na pauta da próxima reunião do Colegiado, e seu pedido foi prontamente atendido.

4. DISCUSSÃO DA PAUTA, DECISÕES TOMADAS E ENCERRAMENTO:

4.1 Ordem do dia: 4.1.1 Eleição dos representantes do CODIR para o CONSUPER no biênio 2025/2027. A presidente iniciou a reunião destacando a importância de escolher os representantes dos Diretores-Gerais e Pró-Reitores para ocupar a vaga no Conselho Superior. O primeiro item da pauta foi a eleição dos representantes dos Diretores-Gerais. Abimael e Ana Cristina se candidataram, expressando seu interesse em ocupar a vaga de representante titular. Durante a discussão, surgiu a proposta de adiar a eleição para uma reunião presencial futura, com voto secreto, mas, após votação, a maioria decidiu dar continuidade ao processo, com voto aberto, pois a eleição já constava na pauta. De acordo com o procedimento, os Diretores-Gerais votaram entre si, assim como os Pró-Reitores votaram entre seus pares. Sabiniano destacou que o artigo 23 do Estatuto estabelece que o Colégio de Dirigentes é um órgão colegiado, geral e sistêmico, de natureza consultiva, com a seguinte composição: o Reitor como presidente, os Pró-Reitores e os Diretores Gerais dos campi. Contudo, ele argumentou que os Diretores dos Campi Avançados e o Diretor do Polo de Inovação não possuem direito a voto. Ademais, a consideração desses votos infringe a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Conforme o artigo 9º dessa lei, cada Instituto Federal é organizado em uma estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que tange a pessoal, encargos sociais e benefícios para os servidores. Além disso, a lei menciona o artigo 10, § 1º e 2º, que dispõe: "Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior. § 1º As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal. § 2º O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal." Portanto, segundo o argumento apresentado pelo conselheiro Sabiniano, a legislação mencionada não inclui os Campi Avançados ou o Polo de Inovação como integrantes do Colégio de Dirigentes da instituição. Segundo a Reitora e Presidente Mary Roberta, nas eleições anteriores, os diretores de campi avançados também participavam da votação para escolha do representante dos Diretores-Gerais de Campus no CODIR, junto ao CONSUPER. Seguiu-se a votação para os representantes dos Diretores-Gerais, resultando na seguinte decisão: Jordânia de Lucena Cordeiro - Campus Princesa Isabel; Abimael de Oliveira Silva - Campus Monteiro; Frederico Campos Pereira - Campus Pedras de Fogo; Ricardo José Ferreira - Campus João Pessoa; Hirla Carla Lima Amorim - Campus Avançado João Pessoa Zona Sul; Kyara Nóbrega Fabião do Nascimento - Campus Guarabira; Jailson Oliveira da Silva - Campus Cabedelo Centro; Francisco João de Deus de Carvalho - Campus Catolé do Rocha; Abinadabe Silva Andrade - Campus Cajazeiras; Katia Cristina de Oliveira Gurjão - Campus Avançado Soledade; Erick Augusto Gomes de Melo - Polo de Inovação e Diêgo Luis dos Santos Félix - Campus Avançado Areia, **total de 12 votos para Abimael**. Sabiniano Araújo Rodrigues - Campus Santa Rita; Ana Cristina Alves de Oliveira - Campus Campina Grande; Turla Angela Alquette de Arreguy Baptista - Campus Cabedelo; Ridelson Farias de Sousa - Campus Itaporanga; Francisco Roserlândio Botão Nogueira - Campus Sousa; José Ronaldo de Lima - Campus Patos; José Hermano Cavalcanti Filho - Campus Picuí; Luiz Henrique Melo Silva Nóbrega - Campus Itabaiana e Valnyr Vasconcelos Lira - Campus Esperança; **totalizando 9 votos para Ana Cristina e 1 abstenção** do representante da Direção-Geral do Campus Santa Luzia. Com isso, Abimael foi eleito como titular, e Ana Cristina assumirá a posição de suplente. Em seguida, para os Pró-Reitores, foi alcançado um consenso, designando Silvana Luciene do Nascimento Cunha Costa como titular e Maria José Batista Bezerra de Melo como suplente.

4.1.2 Plano de Ofertas de Cursos e Vagas - POCV/PDI: Richardson apresentou o Plano de Oferta de Cursos e Vagas, POCV, com referência a Portaria MEC 646, de 25 de agosto de 2022, que trouxe o processo de equalização a partir da Carga Horária de Referência, dentro da Portaria trouxe como base as 800h referente a cada ano de oferta de um determinado curso, distribuídas no ano de referência - 365 dias. Para o PROEJA trouxe como base (2.400 horas); 2 - Integrado: 2.1 - CH do Ciclo no SISTEC - 800h (3.000 horas); 2.2 - CH do Ciclo no SISTEC - 1.000 (3.100 horas); 2.3 - CH do Ciclo no SISTEC - 1.200 (3.200 horas). FIC e Doutorado - CH do Ciclo no SISTEC; Outros - CH do Catálogo MEC. Richardson trouxe o primeiro ponto a refletir sobre a situação atual dos cursos. A Diretoria de Educação Superior junto com a Diretoria de Educação Profissional fizeram um levantamento dos cursos atualmente ativos no IFPB, que estão sendo ofertados e já havia ofertado para o ano de 2025, vagas nos processos seletivos, e fizeram um levantamento de qual era a carga horária proposta dentro do currículo para os cursos técnicos, cursos de graduação e cursos de pós-graduação. Fez um levantamento entre a carga horária atual e reduzindo a carga horária prevista nos catálogos ou nas diretrizes curriculares nacionais para aquele determinado curso. Toda a proposta que está no catálogo e na Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) leva como base, independente da Portaria 646, ou independente da matriz orçamentária, todos os cursos estão propostos com base no ciclo mínimo de formação, por exemplo, bacharel como engenharia tem 5 anos e licenciatura, 4 anos, uma distribuição onde cada ano letivo tem 800h. Fazendo um cálculo simples de somar todas as cargas horárias existentes nas matrizes curriculares e o que está previsto nas DCNs, e consequentemente o que vai ser contabilizado dentro das matrizes orçamentárias dos recursos que irão para as unidades do IFPB, temos um excedente de carga horária em torno de 43.771 hr. Fazendo um cálculo simples, há uma disciplina de 67hr com 4 ha/semanais, apesar que as normativas que regulamenta a atividade docente traz a proposta de no mínimo 3, mas fazendo um cálculo, tem cada professor a partir da carga horária mínima prevista de 16 aulas semanais, teria 4 disciplinas ($4 \times 67hr = 16$ ha/s), continuando o cálculo de $4 \times 67h$ equivale a 268 hr em um currículo proposto. O esforço de um docente dentro de um currículo, pensando na carga horária mínima de 16 horas semanais seria dentro de um currículo a previsão de 268h para cada docente em cada período letivo. E se fizesse a divisão de 43.771 hr por 268h, que seria um docente, nós teríamos um excedente de oferta de carga horária, que equivale a 163 professores a mais; algo que precisaria debater no âmbito do campus, e precisaria pensar no âmbito do POCV, da propositura futura sobre esse impacto de ofertar uma carga horária excedente nos currículos, teria que ter ciência que o MDE ou as comissões sempre pensam na melhor condução do processo de formação dos futuros profissionais, porém esse impacto no quadro de equivalência de docentes é bem considerável quando se verifica que tem 163 docentes que poderiam suprir a oferta de cerca de 10 cursos de licenciaturas, se tivesse uma equalização mais próxima das DCNs ou do catálogo, esses docentes estariam suprindo as necessidades institucionais. Richardson trouxe como conceito, por um ciclo de 1 ano, primeiro de julho de 2021 a 30 de junho de 2023, naquele ano de referência, nós teríamos 365 dias, contabilizado dentro da matriz orçamentária do CONIF, no entanto, é a partir do cadastro que faz do ciclo anual, vai saber quanto dos 365 dias estariam ativos para essa matriz orçamentária, há uma variação quando não tem um calendário em comunhão com o ano civil, a gente tem uma reserva para o ano seguinte, e não é contabilizado naquele ano de referência para matriz orçamentária, tanto para mais quanto para menos nesse cenário. No processo de equalização tanto da carga horária tendo como referência às 800 horas anuais, e os 365 dias letivos, que podem estar ativos ou não, a partir do cadastro do ciclo dentro do SISTEC, tem a variação dependente do Tipo de Curso; Tipo de Oferta; Início e Fim do Ciclo; Carga Horária; Duração do Ciclo; Dias Ativos no Ciclo. Dentro dessa proposta, a equalização tem por objetivo equiparar todos os ciclos ofertados de acordo com suas respectivas cargas horárias em relação à carga horária padrão de 800 (oitocentas) horas anuais e dias ativos do ciclo no período analisado. Dentro desse processo de equalização,

entra no processo de ponderar através de pesos o tipo de Curso ofertado, cada curso tem o peso específico e após a Matrícula Equalizada nesse processo que leva em consideração às 800 horas anuais e os dias ativos no ano de referência, adota o processo de Peso dos Cursos. Com base na Portaria 646, a Ponderação tem por objetivo aplicar os pesos atribuídos a cada curso sobre as matrículas já equalizadas no processo anterior. Para os cursos técnicos, além de um peso já determinado, há incidência de outro peso que está relacionado à quantidade de laboratórios profissionalizantes previstos para cada curso técnico conforme CNCT 2022. Peso 1,0: 1 (um) laboratório; Peso 1,5: 2 (dois) laboratórios; Peso 2,0: 3 (três) laboratórios; Peso 2,5: 4 (quatro) ou mais laboratórios. Para os demais cursos, existe um cálculo que irá utilizar como referência, como base vem representando que os Cursos Técnicos, com base no Peso de acordo com critério de referência. Cursos integrados terão no mínimo Peso 1,5 (em função dos laboratórios propedêuticos). Há uma incidência em relação ao número de laboratórios, mas também independente há um peso mínimo de 1,5. Para os cursos Proeja, tem uma incidência de Peso 2,5; e Licenciaturas, com peso 2,5. O caminhar da matriz orçamentária vinculada a um maior incentivo de atingir os percentuais previstos na legislação. Para os cursos de Tecnologia e Bacharelados, levam como base a verticalização a partir dos critérios de referência, previsto na Resolução 146 que trata sobre os fatores de esforço que cada curso tem a partir dessa Portaria. Para os cursos de Tecnologia, varia entre 1,00 a 1,25. Richardson foi interrompido por Hermano do Campus Picuí, que questionou sobre o Curso TSI pelo catálogo só tem necessidade de um laboratório, e que o Curso ADS necessita de 2, por esse caminho vai ter que mudar de TSI para ADS, perguntou se teria alguma previsão na mudança no catálogo, ou o caminho é mudar o curso. Complementou que estaria perdendo 50 por cento por capricho do Catálogo, não reflete a realidade. Richardson retomou a fala, e continuou com a apresentação dos slides, sobre a Bonificação; sobre o percentual da EAD, 80% (oitenta por cento) quando o curso for institucionalizado, no caso de Letras, ou 25% (vinte e cinco por cento) por Matrícula. Sobre Qualidade e Eficiência, PNP - Ano Base 2023, a Rede apresentou, atualmente, o índice de Eficiência Acadêmica 64,7%, e o IFPB - 48,4%. Os cursos de Bacharelado, 44,80%; Licenciatura, 21,91%; Tecnologia, 19,16%; os cursos técnicos, 57,31%, com um dos maiores índices de eficiência acadêmica. Especificamente sobre as licenciaturas, temos um impacto nesse processo de eficiência acadêmica por alguns cursos, Letras pelo formato de oferta EaD que tem um certo impacto sobre evasão dos estudantes, além de Física, Matemática, e Química, são cursos que tradicionalmente já têm alto índice de evasão que impactam no índice de eficiência acadêmica. Informou que existe dentro desse processo da própria Portaria, a distribuição de peso a partir da eficiência acadêmica e de outros indicadores que serão apresentados. Especificamente, sobre o trato de FCC acadêmica, temos alguns dados no âmbito do Campus, quando for tratar do POCV, vai apresentar alguns levantamentos tendo o ano de referência os anos de 2020 a 2023 da oferta dos cursos de tecnologia, uma evasão em torno de 55%, com baixo índice de formação dos estudantes, tendo como referência a entrada de 2020.1, onde tem 11,61% de estudantes formados. Informou que fez alguns levantamentos que seria interessante pensar, dos estudantes que foram evadidos, que tinham coeficiente de progressão - CP, igual a zero, seria a relação onde aquele estudante nunca frequentou a instituição, ou mesmo que tenha frequentado, o professor não fez o registro de frequência no período correto. Richardson disse que nesse levantamento dentro da evasão desse ano de referência, dentre os evadidos, 48,86% dos estudantes nunca tiveram uma frequência registrada no âmbito da instituição, ou nunca apareceram na instituição. Em um desenho retirado especificamente dos cursos de licenciatura da nossa instituição, conseguiu desenhar uma configuração, de onde esse percentual de evasão nos cursos de licenciatura foram ocorrendo; tem 4% no segundo período - 2020.2; um grande impacto no 3º período, perante a nossa normativa o cancelamento compulsório ocorre depois de 2 períodos consecutivos sem frequência e sem matrícula, onde tem esse aumento; a partir do 4º período tem um desenho de afunilamento, mas que há evasão até o último período de ano de oferta dos cursos pelos estudantes. E reforçou a preocupação na questão do processo de evasão. Disse que existe uma proposta que seria a criação de cursos de formação pedagógica e segunda licenciatura, dentro dos cursos de licenciatura, que seria para atender esse impacto de evasão que ocorre durante os anos, que seria a oferta de dois cursos extras dentro de uma própria licenciatura, mas que precisaria de mais tempo para debater, mas há uma viabilidade a partir de um curso de licenciatura já existente a criação de dois cursos específicos, o de formação pedagógica ou de segunda licenciatura, onde é dispensado o processo de avaliação, tem autonomia de ofertar, e esses dois cursos ao invés de gerar uma nova carga horária dos docentes, dentro desse processo de evasão, natural que tem nos cursos de licenciatura, podia fazer a inclusão desses alunos que concorressem a vagas específicas de formação pedagógica e de segunda licenciatura, a inclusão dos estudantes dentro das disciplinas já oferecidas na matriz curricular do curso de licenciatura. Se tivesse evasão de 10 alunos, então preencheria dentro das disciplinas específicas para a segunda licenciatura, inserir mais 10 estudantes com 10 matrículas extras, fora das oferecidas e registradas no SISTEC, como um curso paralelo, mas que utiliza o mesmo ambiente, a mesma sala de aula, o mesmo professor, e o mesmo componente curricular oferecido no curso de licenciatura regular. Uma proposta que se tem, a partir da evasão, para não gerar mais de 40 alunos dentro de uma sala de aula, mas a partir das evasões que foram ocorrendo, depois do registro do ciclo de formação, a gente fazer um incremento de curso de formação pedagógica e de segunda licenciatura, esses cursos podem estar propostos no POCV como incremento de carga horária ou aumento de número de vagas oferecidas para os cursos de licenciatura já existentes na instituição. Outro levantamento interessante, toda a comunidade acadêmica está ciente, um retrato dos estudantes que estavam no processo como retidos e possuíam o coeficiente de progressão - CP acima de 90%, cerca de 17,57% dos alunos retidos nos cursos de tecnologia, cerca de 102 alunos, analisou aluno por aluno, histórico por histórico, fazendo um levantamento dos que os alunos estavam devendo, para saírem da situação de retido, e terem a sua diplomação. E quando fez esse levantamento, eles não deviam nenhuma disciplina, mas deviam Estágio Obrigatório, TCC ou Atividades Complementares. Em curso de tecnologia, segundo a Resolução 01/2021, não há obrigatoriedade de oferta de Estágio, TCC, e Atividades Complementares, fica a critério da comissão que está estruturando a proposta pedagógica. Outro indicador que aponta 10% de eficiência acadêmica institucional é a RAP, relação aluno- professor, como parâmetro nacional é utilizado na matriz orçamentária do CONIF, como referência uma RAP 20, e traz como referência o próprio Plano Nacional de Educação, que tem como um dos indicadores específicos, das Metas específicas a relação aluno- professor de 20; hoje o IFPB, está com a RAP de 26,06%. Informou que existe uma Tabela com os pesos de variação, uma RAPP abaixo de 18, peso 0; RAPP entre 18 e 20, peso 1; acima de 20 e menor que 22, peso 2; e nosso caso como instituição uma RAPP acima de 22, teria um peso 2,5, que é a nossa realidade institucional. Sobre o 3º e último indicador, que traz nessa matriz orçamentária, o que impacta no processo da oferta de novos cursos, estariam os marcos legais sobre os percentuais de oferta de vagas dos nossos cursos, que hoje na PNP tendo como base o ano de referência 2023, temos 51,9% dos cursos técnicos; formação de professores de 13,46%, um déficit que tem que implementar de 6,6% de nossas vagas; e Proeja, 1,49% dos 10% que seria necessário para cumprimento da legislação. Trouxe como referência, nos dados de 2023 ainda não tem o impacto da oferta de cursos de tecnologia e bacharelado, quanto mais tecnologia e quanto mais bacharelado se oferta, mais indicadores de referência de percentual legal, tem um impacto negativo. Esse ano, base 2023, não há impactos na oferta dos cursos de Arquitetura por

Catolé do Rocha, de ADS por Santa Rita, Engenharia Civil por Itaporanga, e também os únicos dois campi consolidados Santa Luzia e Itabaiana, tem essa propositura a partir do PDI que está em vigência de ofertar ADS em Santa Luzia e Engenharia de Controle de Automação em Itabaiana. Informou que esse cenário que para realidade dos últimos anos para cá, ainda vai incidir esses dados que podem impactar nos nossos números dos indicadores do percentual legal. Fez um levantamento com base na quantidade de vagas ofertadas no ciclo, não há no cálculo a inclusão dos impactos de evasão e retenção, mas fez um levantamento prévio, de como seria esse cenário com a inclusão desses novos cursos, de tecnologia e bacharelado ofertados pela nossa instituição, haveria uma redução para 46,61% na oferta de cursos técnicos; 14,32% nos cursos de formação docente; 3,05% nos cursos de EJA EBT. Lembrou de que esse cenário ampliou para EBT, para o EJA e formação docente a partir da ampliação de oferta de vagas que ocorreram, fora a menção feita dos cursos de licenciatura e bacharelado. Não levou a incidência de retenção e evasão, fez a inclusão de novos cursos e para o cálculo final, utilizou a dinâmica da própria PNP, que seria utilizado como parâmetro a matrícula equivalente. Fez um cenário, implementando a oferta de técnicos e licenciatura, tem um cenário para conseguir atingir o percentual previsto na lei, para técnico, formação docente e EJA, teria que ter uma implementação gradativa na oferta, dentro da propositura do novo PDI, teria que ter uma implementação de cerca de 37 cursos técnicos, 16 cursos EJA EBT, 12 cursos de licenciatura, precisaria tentar buscar através do PDI (2025-2029), fazer uma implementação desse número, sem incluir cursos de bacharelados nem tecnologia; se incluir qualquer desses cursos, esses indicadores seriam ampliados, necessitando de mais cursos, de mais esforço institucional para cumprir o percentual previsto na lei, e consequentemente vislumbrar essa fatia do orçamento do CONIF, que está proposto a partir do cenário dos indicadores, de eficiência, RAP e percentual legal. Informou que existe um quadro do percentual legal, onde o cumprimento para cada tipo de formação, essa tabela é específica para formação pedagógica, formação de professores, onde o percentual apresentado pela instituição vai ter um fator de correção específico, abaixo de 10%, fator de correção zero; e assim sucessivamente; se tiver fator de correção mais de 20 por cento das vagas ofertadas, tem um fator de correção de 2,5%, e disse que sabe que vai impactar no orçamento. Para os cursos técnicos, existe o fator de correção de 0, 1 e 2; e para os cursos EJA, fator de 0, 1, 2, e 2,5. Apresentou alguns dados sobre o SISU, para ter um entendimento sobre o cenário, pensando 2017 a 2024, e também o cenário de 2025, vê que gradativamente tem um déficit, e estamos ampliando alguns indicadores dentro do próprio SISU, que traz certa preocupação. Em 2017, ofertava 1260 vagas, no SISU primeira entrada e tinha uma concorrência de mais de 23 mil candidatos, excluindo os CPFs duplicados. Esse cenário foi reduzindo durante os anos, e o cenário apresentado em 2023 teve uma ampliação para 1700 vagas, no entanto a quantidade de candidatos inscritos no SISU foi de 8558. Se continuasse numa linha de progressão, ampliou a oferta em 2024, incluindo as duas ofertas ao mesmo tempo, que foi uma política do próprio MEC, se fosse diminuir a metade, tirando o primeiro e segundo períodos, e adotando a oferta do primeiro período, teria um cenário de 6 mil candidatos para 1700 vagas para o primeiro período, portanto há um declínio de quantidade de pessoas que buscam a nossa Instituição. Em 2025, tivemos um cenário diferente, 2850 vagas para 10840 inscritos, teve uma ampliação nesse cenário, que vinha em processo decrescente, no entanto, aconteceu que muitas das instituições não fizeram a adesão ao SISU em 2025, e no âmbito nacional houve uma migração de candidatos que concorreram ao IF Piauí, e pela proximidade regional, resolveram se inscrever no IFPB. Apresentou o cenário de matrícula em situação regular, tem em verde quem comparece, quando é do Estado da Paraíba, tem um comparecimento em torno de 50 a 55 por cento dos candidatos que passam na chamada regular, e em azul quantidade de candidatos que não comparecem para efetivar a matrícula. O cenário entre 2021 e 2024 trouxe a inclusão das bancas de heteroidentificação, que resultou no maior processo de documentação rejeitada, que é o perfil adotado pelo SISUGestão, no entanto, dentro dessa documentação rejeitada está a inclusão do indeferimento das bancas de heteroidentificação. Nesse cenário, tem uma ampliação do número de matrículas indeferidas. Quando os candidatos são de outras cidades, outras regiões, tem um impacto em torno de 60 a 70 por cento dos candidatos não comparecem para efetivar a matrícula, não entram no sistema para efetivar a matrícula; verificou a possibilidade que aquela bonificação regional que tinha pode implementar sobre esse impacto, já que no cenário geral tem um grande impacto de não comparecimento, tanto do Estado como em outros estados. E por último, é o impacto de não manifestação de interesses; dos 100 por cento dos candidatos que estavam na lista de espera, tem uma média entre 40 a 50% que entram no sistema para manifestar interesse. E esse impacto é interessante porque hoje no SISU 2025 teve um impacto considerável de muitos cursos que não tiveram uma quantidade razoável de inscritos na lista de espera para que pudesse implementar a consolidação das matrículas do primeiro período; em vermelho estão os cursos que mesmo utilizando a lista de espera que eles têm, não vão conseguir preencher as vagas ofertadas para o período de 2025.1; teria que ter alguma dinâmica, nesses 30 dias a frente até o início das aulas, para fazer algum outro tipo de processo seletivo, dentre eles o PSE ou a manifestação de interesse, para que possa resolver esses casos específicos de cursos que não possuem lista de espera que venha a suportar a quantidade de vagas ofertadas em 2025.1. Entrou no edital do POCV 2025/2029, e quando trouxe a mediação anterior, foi justamente para entender que, institucionalmente, se quisesse de alguma forma atingir os percentuais previstos na lei, há necessidade ou essa fatia de 10 por cento relacionada à eficiência acadêmica, há necessidade de pensar um POCV que dentre assim como a matriz CONIF, implementar maior oferta ou cumprir o percentual previsto na lei, da oferta de cursos técnicos, de cursos de licenciatura e de cursos na modalidade EJA na nossa Instituição; essa é a proposta do POCV; não é questão de não ofertar cursos de bacharelado e tecnologia, mas sim de levar em consideração outros tipos de formação. Esse POCV 2025-2029 trouxe a submissão que cada campus vai poder submeter uma proposta por curso, se o campus vai ofertar cinco novos cursos, deve abrir cinco processos, cada processo vai ser analisado separadamente; pode propor a criação ou substituição, ou a adequação do número de vagas ofertadas de cursos, para ampliar o número de vagas ofertadas; dentro do processo de substituição, sempre nos cálculos ou nos requisitos que vão ser apresentados, pode se utilizar o esforço acadêmico já existente no curso que está sendo extinto. Toda substituição tem que ter uma extinção de curso. E a submissão sempre será através de processo administrativo no SUAP. Reforçou que os cursos propostos vão levar como critério maior disponibilidade acadêmico/estrutural existente no âmbito do campus, e os requisitos serão menores para os cursos técnicos e de formação de professores e EJA, e maior quantidade de requisitos para oferta de bacharelado e tecnologia. Dentro os requisitos, trouxe 4 dimensões, áreas que os campi devem propor: acervo bibliográfico, docentes com carga horária disponível para atender o curso, estrutura física existente e laboratórios, e também o aporte de servidores técnicos que estão relacionados principalmente a oferta de cursos superiores. Trouxe como referência os instrumentos de avaliação e o que se pede no processo de regulação de ensino superior. Trouxe, primeiro a verticalização vai ser um dos indicadores, para o curso técnico e para a formação de professores não se aplica, mas quando ofertar algum curso de bacharelado, ou de tecnologia ou de pós-graduação, há essa exigência legal de ter um alinhamento com a verticalização com os cursos já existentes dos cursos técnicos já ofertados pelo campus. Obrigatório para todos os cursos o alinhamento com os arranjos produtivos locais e regionais; é uma previsão legal do processo de criação do Instituto Federal, e vem um dos primeiros percentuais lançados é a disponibilidade do corpo docente, precisa ter um ano de referência, e

no formulário terá o período letivo de 2024.2, então, a partir do quantitativo de carga horária que o docente tem em 2024.2, e aquilo que não está preenchido com a carga horária de ensino a gente pode utilizar e fazer uma referência a uma matriz curricular já existente para que possa vincular a carga horária ociosa pelo docente para a oferta do novo curso. Resumindo, para que o campus possa disponibilizar a ofertar de um curso técnico ou de formação de professores, é necessário comprovar que teria um percentual de 20% de carga horária docente para atender, inicialmente, a oferta desse curso; quando for bacharelado ou pós-graduação, teria que ter o percentual de 50% da carga horária prevista para oferta desse novo curso. Seria como ter várias disciplinas, no cenário da formação básica, e tem um professor que pode lecionar outras disciplinas com carga horária disponível, e pode fazer a reserva de disciplina. E dentro da proposta do código de vagas, no âmbito do campus, que esteja aguardando redistribuição, ou aguardando novo edital, e propor no POCV a previsão de novos servidores para essa inclusão. Não pode fazer uma perspectiva do que será; o que será que não está proposto legalmente, seria os 80% que teria como ver no futuro para implementação ou 50% para tecnologia, bacharelado ou pós-graduação. Disponibilidade de corpo de técnicos e administrativos para cursos técnicos e formação de professores, 20%; bacharelado e tecnologia, 70%, pós-graduação, 50%. Dentro desse cenário, o formulário de preenchimento vai trazer, pontualmente, algumas áreas específicas que precisa ter no âmbito do campus; desse corpo técnico administrativo, temos o Bibliotecário, o Pedagogo, o TAE, o Assistente Social, o Profissional da Saúde, e o Técnico de Laboratório. Se o campus tem 70 por cento, pode ofertar cursos de tecnologia ou bacharelado; se tem 50%, pode ofertar cursos técnicos ou cursos de formação de professores. E também as áreas de coordenação, que entram nesses 50, 70 e 50% de ofertados, que seria o setor de Controle Acadêmico, setor de Estágios, setor de Pesquisa, e setor de Extensão no âmbito do campus. A quantidade de salas de aulas disponíveis, para atender um novo curso, para os Técnico e Formação de Professores, 50%; Bacharelado e Tecnologia, disponibilidade de salas de aula para atender 80% da quantidade de salas necessárias para ofertar o curso. Laboratórios, Técnico e Formação de Professores, 50%; Bacharelado e Pós-graduação, 100% laboratórios necessários para ofertar do novo curso. Laboratório de informática básica, obrigatório para todos os cursos. Biblioteca, não se aplicaria para curso técnico e pós-graduação, no entanto, formação de professores e bacharelado seria obrigatório à existência de Biblioteca. Sala para a coordenação, obrigatório para formação de professores, bacharelado tecnologia, e pós-graduação, não aplicado para técnico. Sala de reuniões (Colegiado, NDE, CPA), obrigatório para formação de professores e bacharelado tecnologia. Sala coletiva de docente, obrigatório para licenciatura, e bacharelado tecnologia. Sala de atendimento individualizado, obrigatório para formação de professores, tecnologia e bacharelado, no entanto, nesse indicador específico, tratou no edital da inclusão de um termo de compromisso, onde o campus poderá adaptar algum setor existente na instituição que esteja ansioso para fazer a adaptação para criação de salas de atendimento individualizado. E sobre o Acervo bibliográfico, obrigatório para licenciatura, tecnologia e bacharelado, no entanto, também com a mesma dinâmica anterior; se não tiver um acervo bibliográfico para atender, pode apresentar, no âmbito do campus, um termo de compromisso onde até a metade do ano de referência de oferta do curso, teria que ter adquirido 100 por cento do acervo bibliográfico do curso. Dentro da dinâmica do POCV, é necessário observar o que está previsto em nosso regulamento, no momento, a Resolução 55 de 2017 que trata sobre criação, alteração, e extinção de cursos técnicos e superiores, onde é necessário que cada unidade que for ofertar determinado curso, que tenha cuidado sobre essa possível concorrência ou superposição de cursos ofertados pelo IFPB, com certa proximidade geográfica; há essa necessidade, por exemplo em determinado campus tem oferta de engenharia civil, e outro campus vizinho, próximo não venha ofertar o mesmo curso, para não ter uma concorrência e consequentemente impactar nos indicadores de eficiência acadêmica e também na oferta de nossas vagas nos processos seletivos. E por último, o Cronograma do edital do POCV, Publicação do Edital prevista para 24/02/2025; Prazo para impugnação do edital, dia 25/02/2025; Período de submissão das propostas, de 06/03 à 11/04/2025; Análise das propostas pela comissão entre 14 a 25/04/2025; Divulgação da análise das propostas no dia 28/04/2025; Submissão de recursos no dia 30/04/2025; Divulgação do resultado final após análise dos recursos dia 05/05/2025; Proposta de reunião do Colégio de Dirigentes para homologação do resultado, e consequentemente ter a Publicação das Propostas Aprovadas, dia 09/05/2025 e consequente inclusão no PDI 2025-2029. Richardson finalizou a apresentação agradecendo a todos e disse que estava à disposição para esclarecer as dúvidas. **4.2** A presidente decidiu que os pontos já incluídos na pauta, relacionados às atividades da **Corregedoria, da Assessoria de Relações Internacionais e da Ouvidoria**, seriam adiados para a próxima reunião deste Colegiado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

5.1 Considerações Finais: E, para constar nos registros, eu, Jamilly de Lima Alcantara Anizio, lavrei a presente ata que será assinada eletronicamente pelos(as) conselheiros(as) presentes. João Pessoa, vinte de fevereiro de dois mil e vinte cinco.
XX

6. REGISTRO DE PUBLICIDADE DA PRESENTE ATA:

Esta ata será encaminhada aos conselheiros por e-mail para eventuais ajustes que se mostrem necessários e estejam em conformidade com o que foi discutido na reunião. Na próxima reunião, a ata será analisada e, se aprovada, será encaminhada pelo SUAP para assinatura e posterior divulgação.

7. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES PRESENTES:

Mary Roberta Meira Marinho - Presidente

Jamilly de Lima Alcantara Anizio - Secretária

Jordânia de Lucena Cordeiro - Direção Geral do Campus Princesa Isabel

Abimael de Oliveira Silva - Direção Geral do Campus Monteiro

Frederico Campos Pereira - Direção Geral do Campus Pedras de Fogo

Ricardo José Ferreira - Direção Geral do Campus João Pessoa

Hirla Carla Lima Amorim - Direção Campus Avançado João Pessoa Zona Sul

Kyara Nóbrega Fabião do Nascimento - Direção Geral do Campus Guarabira

Jailson Oliveira da Silva - Direção Geral do Campus Cabedelo Centro

Francisco João de Deus de Carvalho - Direção Geral do Campus Catolé do Rocha

Abinadabe Silva Andrade - Direção Geral do Campus Cajazeiras

Katia Cristina de Oliveira Gurjão - Direção do Campus Avançado Soledade

Erick Augusto Gomes de Melo - Direção do Polo de Inovação

Diêgo Luis dos Santos Félix - Direção do Campus Avançado Areia

Sabiniano Araújo Rodrigues - Campus Santa Rita

Ana Cristina Alves de Oliveira - Campus Campina Grande

Turla Angela Alquete de Arreguy Baptista - Campus Cabedelo

Ridelson Farias de Sousa - Campus Itaporanga

Francisco Roserlândio Botão Nogueira - Campus Sousa

José Ronaldo de Lima - Campus Patos

José Hermano Cavalcanti Filho - Campus Picuí

Luiz Henrique Melo Silva Nóbrega - Campus Itabaiana

Valnyr Vasconcelos Lira - Campus Esperança

Filipe Batista de Sá - Campus Santa Luzia

Silvana Luciene do Nascimento Cunha Costa - Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Maria José Batista Bezerra de Melo - Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Neilor César dos Santos - Pró-Reitor de Ensino

Maria Cleidenedia Morais Oliveira - Pró-Reitora de Administração e Finanças

Anna Clara Feliciano Mendonça - Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Documento assinado eletronicamente por:

- **Jamilly de Lima Alcantara Anizio, DIRETOR(A) - FG1 - DAAOC-RE**, em 07/04/2025 10:47:13.
- **Jailson Oliveira da Silva, DIRETOR(A) - CD3 - DCACC-CC**, em 07/04/2025 11:16:55.
- **Turla Angela Alquete de Arreguy Baptista, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-CB**, em 07/04/2025 11:34:13.
- **Maria Jose Batista Bezerra de Melo, PRO-REITOR(A) - CD2 - PROEXC-RE**, em 07/04/2025 12:19:41.
- **Mary Roberta Meira Marinho, REITOR(A) - CD1 - REITORIA**, em 07/04/2025 12:29:39.
- **Anna Clara Feliciano Mendonca, PRO-REITOR(A) - CD2 - PRAE-RE**, em 07/04/2025 12:30:22.
- **Francisco Joao de Deus de Carvalho, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-CR**, em 07/04/2025 13:01:49.
- **Diego Luis dos Santos Felix, COORDENADOR(A) - FG2 - DCAAREIA-AR**, em 07/04/2025 13:29:35.
- **Katia Cristina de Oliveira Gurjao, DIRETOR(A) - CD4 - DCSOL-SD**, em 07/04/2025 13:43:55.
- **Francisco Roserlandio Botao Nogueira, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-SS**, em 07/04/2025 13:46:17.
- **Hirla Carla Lima Amorim, DIRETOR(A) - CD3 - DG-MB**, em 07/04/2025 14:30:58.
- **Filipe Batista de Sa, DIRETOR(A) - CD4 - DAPF-SL**, em 07/04/2025 14:43:11.
- **Abinadabe Silva Andrade, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-CZ**, em 07/04/2025 14:43:36.
- **Jose Hermano Cavalcanti Filho, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-PC**, em 07/04/2025 14:57:26.
- **Jordania de Lucena Cordeiro Accyole, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-PI**, em 07/04/2025 15:53:25.
- **Ricardo Jose Ferreira, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-JP**, em 07/04/2025 16:43:36.
- **Sabiniano Araujo Rodrigues, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-SR**, em 07/04/2025 17:49:30.
- **Ana Cristina Alves de Oliveira Dantas, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-CG**, em 07/04/2025 18:09:04.
- **Frederico Campos Pereira, DIRETOR(A) - CD3 - DG-PF**, em 07/04/2025 18:44:06.
- **Maria Cleidenedia Morais Oliveira, PRO-REITOR(A) - CD2 - PRAF-RE**, em 08/04/2025 09:46:13.
- **Abimael de Oliveira Silva, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-MT**, em 08/04/2025 10:29:11.
- **Luiz Henrique Melo Silva Nobrega, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-IB**, em 08/04/2025 11:47:26.
- **Valnyr Vasconcelos Lira, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-ES**, em 08/04/2025 13:08:34.
- **Neilor Cesar dos Santos, PRO-REITOR(A) - CD2 - PRE-RE**, em 08/04/2025 13:57:01.
- **Ridelson Farias de Sousa, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-IP**, em 08/04/2025 15:29:59.
- **Jose Ronaldo de Lima, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-PT**, em 10/04/2025 16:04:11.
- **Kyara Nobrega Fabiao Barcelos, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-GB**, em 22/04/2025 11:40:31.
- **Silvana Luciene do Nascimento Cunha Costa, PRO-REITOR(A) - CD2 - PRPIPG-RE**, em 28/04/2025 14:16:44.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 07/04/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 696204
Verificador: cbbe68c71d
Código de Autenticação:

